

Ministra do Trabalho promete nova versão sobre lei laboral em matérias de parentalidade

Na reunião com os parceiros sociais, Rosário Palma Ramalho comprometeu-se a apresentar uma versão atualizada do anteprojeto para alterações ao Código do Trabalho. Diz que não há "pressa", mas também não quer "eternizar" discussões com parceiros.



Ministra do Trabalho na concertação social para discutir anteprojeto de alterações à legislação laboral.

Manuel de Almeida/Lusa

Maria Caetano

SEGUIR

18:03

O Governo comprometeu-se nesta quarta-feira a apresentar aos parceiros sociais **uma nova versão de anteprojeto às leis laborais com uma “evolução de posição”** quanto às **matérias ligadas à parentalidade**, de acordo com informações prestadas pela União Geral dos Trabalhadores (UGT) e pela Confederação Empresarial de Portugal (CIP) após reunião de Concertação Social para iniciar a discussão do pacote de mais de uma centena de alterações ao Código do Trabalho e outros oito diplomas relacionados.

Nas questões da parentalidade, incluem-se nomeadamente a **eliminação de dias por luto gestacional e redução do período máximo de amamentação**, que geraram controvérsia e uma petição com milhares de assinaturas contra as mudanças, mas não estão aquelas que são as **matérias consideradas mais gravosas pelas centrais sindicais**, como a possibilidade de **não reintegração de trabalhadores despedidos de forma ilícita**, simplificação de despedimentos por justa causa ou mudanças nas regras do banco de horas individual.

Com UGT aberta a negociar até ao fim e as maiores confederações patronais a defenderem que a discussão deve **terminar com o selo de um acordo com os parceiros sociais antes de chegar ao Parlamento**, a ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Rosário Palma Ramalho, indicou que o Governo não tem "pressa" no calendário negocial – ainda por apresentar – mas avisou que também não quer eternizar as discussões.

O Governo não vai eternizar esta matéria na Concertação Social porque a Concertação Social é apenas uma das várias fases num processo deste tipo.

Rosário Palma Ramalho, ministra do Trabalho

"O Governo não tem pressa relativamente à negociação, que deve ser profunda. O projeto é muito grande, toca muitas matérias. Portanto, temos de dar o tempo que seja necessário. Isto dito, o Governo não vai eternizar esta matéria na Concertação Social porque a Concertação Social é apenas uma das várias fases num processo deste tipo", afirmou. "Uma vez terminada esta fase, a proposta de lei, ou o projeto que vier a resultar da Concertação Social sobre o anteprojeto, será convertido em proposta de lei e será submetido à Assembleia da República, onde haverá outra fase de debate".

Notícia em atualização

C•STUDIO

["A corrida pelo futuro dos pagamentos já começou e a Mastercard está determinada a liderá-la"](#)

[Banco Montepio investe para aumentar impacto social e ambiental](#)

[Gravidez ou queimaduras: o que precisa de saber para cuidar melhor de si e dos outros](#)

[Bombarral consagra os primeiros campeões nacionais de Karting 2025](#)

[Pérolas, tweed e castanhos elegantes: os must-have do regresso à rotina](#)

#IMPULSIONAR

[A Nova Era da Família Elétrica](#)

[Um Ano de Cultura](#)

[A Voz das PME](#)

[Pensar O Futuro](#)

[Minuto Finanças para Todos](#)